

PREMISSAS DA SALVAÇÃO NACIONAL

Blon. Brasil
 Cirurgia profunda

JAIME ROTSTEIN

O GLOBO

A crise brasileira já se prolonga por tempo demasiado. Algo já deveria ter sido feito, o que infelizmente não ocorreu, por mais que se procure disfarçar a realidade. O problema do Brasil não é cosmetológico ou de cirurgia plástica. A intervenção tem de ser profunda, corajosa, mobilizando todos os fatores necessários para garantir o seu sucesso.

Faz mais de um ano vimos defendendo a necessidade de um Plano de Salvação Nacional. Tendo em vista que não um esboço que foi discutido com o professor Octávio Gouvêa de Bulhões e com o General Rubens Bayma Denys, Secretário Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. A realidade impõe uma conclusão lógica: a cada dia que passa fica mais premente a necessidade de agir, independentemente do aspecto semântico de como será batizado o conjunto de ações visando a frear a queda livre do País rumo à desorganização social, econômica e política.

Algumas premissas básicas precisam ser estabelecidas e que essencialmente buscam demonstrar que:

1. O Brasil tem potencial como país para superar a crise em que está imerso, cumprindo para atingir esse objetivo agir com determinação — determinação capaz de convencer o povo brasileiro de que resultados serão obtidos, inclusive a curto prazo.

2. Como o Brasil é reconhecido entre os países ricos como um paraíso de recursos naturais, faltando a componente cultural para colocá-lo à altura das possibilidades que tem, é necessário, para haver retomada firme de investimentos internos e externos, que o País se apresente com nova roupagem.

3. A nova roupagem que o Brasil necessita apresentar é que deve determinar as ações presentes e futuras, capazes de convencer primeiro internamente e, logo em seguida, externamente, que há disposição e forma de redesenhar o País já em 1990, para entrar na Década de Expansão de Desenvolvimento ainda nos anos 90.

Há alguns aspectos fundamentais que devem ser postos em evidência. Independente dos fatores subliminares, vinculados ao descontrole das ambições e que precisam ser devidamente reorientados, um dos maiores desafios é o de restringir a hipertrofia do Estado e a consequente gigantesca dependência e medo que o fenômeno transmite a todos — especialmente aqueles que podem ser vítimas dos eventuais detentores de parcelas do poder. O nível de estatização da economia brasileira é um dos mais responsáveis pela conjuntura criada no País e seus custos reais estão disfarçados e crescem permanentemente.

O exemplo mais flagrante do custo da hipertrofia do Estado são as fundações de seguridade das empresas estatais. Um conjunto de benefícios descolados da realidade brasileira é oferecido pelas mesmas, fortemente subsidiadas pelas empresas às quais estão vinculadas, sejam elas rentáveis ou tecnicamente falidas. As fundações de seguridade contam com um patrimônio em cerca de 75% constituído com recursos do Estado, e são proprietárias de edifícios, usinas hidrelétricas, subestações etc. Garantem complementação de aposentadoria a aqueles que ganham mais de cinco salários-mínimos, além de uma série de benefícios de toda a ordem. O universo abrangido pelas fundações de seguridade das estatais é de 1,2 milhão de pessoas, dos quais cem mil já aposentados. O INPS tem 50 milhões de contribuintes, que contribuem diretamente para manter tais fundações, estando o custo embutido nos produtos vendidos pelas estatais, e nós encargos das mesmas, assumidas pelo Estado, para manter um status quo perverso.

Reorganizar a dívida interna talvez seja facilitado pela possibilidade — adicional a outras medidas fiscais — de mudar o quadro de custeio e participação do Estado nos fundos de pensão, bem como uma medida decidida de vender 49% das ações ordinárias das empresas estatais nas Bolsas de Valores, dando participação de 50% nas diretorias das empresas aos adquirentes das ações, sendo o presidente nomeado pelo Presidente da República. A essas diretorias, integradas por funcionários ou espe-

cialistas e representantes dos acionistas privados, caberia a função de tornar as empresas rentáveis ou mais rentáveis a curto prazo. Só essa medida valorizaria de muito as ações à venda, permitindo que, aliado ao contexto global de redução de níveis aceitáveis da dívida interna — em termos financeiros e de prazos de pagamento —, pudesse haver uma imigração de capitais da área especulativa para a área mobiliária, com o alongamento natural do perfil do saldo da dívida interna.

Quanto à dívida externa, temos defendido, do ponto de vista de que qualquer renegociação deveria se basear na tese de que o Brasil quer pagar a dívida externa, em prazo e valores definidos a curto prazo. Para tanto seria renegociado o valor global a ser pago e dividido em duas partes:

a. parcela a ser paga em dólares, a médio prazo, sem pagamento de juros, que seriam capitalizados na parcela a ser paga em cruzados;

b. parcela a ser paga em cruzados, através da venda de ativos, que seriam arrendados pelo sistema de **leasing**, com prazo de arrendamento, função do tempo de vida de cada empreendimento incluído na operação. Adicionalmente seriam definidas facilidades futuras de investimentos obtidos com o **leasing** e a possibilidade de remessas parciais, condicionadas ao balanço de pagamentos, ao crescimento do PIB e à evolução da dívida interna.

Numa hora em que o Governo polonês, nascido do ventre do Solidariedade, toma medidas drásticas, aumentando 30% o preço do pão, dobrando o preço da gasolina e — pasmem os leitores! — em pleno inverno triplicando o preço do carvão, não pode o Brasil perder-se em impasses intransponíveis. E, embora não existam remédios milagrosos, há condições para recuperar o Brasil a curto prazo. E é que os que amam o Brasil esperam do novo Presidente, que visualizamos, depois da posse, do alto da tribuna do Congresso Nacional, convocando Executivo, Legislativo e o povo brasileiro para a grande tarefa de salvação nacional.